

Vereadores não acreditam que PDU possa ser aprovado em 82

AJ 23036

GAZ 18 JAN 82

O projeto do Plano Diretor Urbano de Vitória que se encontra na Câmara de Vereadores dificilmente será aprovado nesta legislatura. Se por acaso isto acontecer ele já não terá mais sentido para a cidade uma vez que ficará completamente descaracterizado, pois as principais propostas do PDU serão cortadas. A cada dia ele que passa engavetado, mais oportunidades oferece para que muitos projetos, que não seriam aprovados com ele, o sejam.

Essas considerações foram formuladas ontem na CMV por alguns vereadores que há mais de dois anos vêm estudando o PDU. O vereador Apolinário Marinho Delmaestro, do PDS, disse que a demora para aprovação do Plano é devido às pressões que o prefeito Carlito von Schilgen vem sofrendo por parte de grupos imobiliários fortes. "Eu sei que nós vereadores não estamos preparados para votar um projeto tão importante quanto este. Por isso que eu acho que antes de votar nós teríamos que convidar aqui engenheiros que não sejam construtores para que possamos dar um voto certo".

DESINTERESSE

O vereador Elcio Teixeira de Almeida (PP) disse que o PDU não será aprovado nesta legislatura. "Ele ficará por conta dos novos vereadores que forem eleitos em novembro. Não existe interesse por parte da Prefeitura em ver o plano aprovado".

O secretário municipal de obras, José Esmeraldo, explicou que no momento prefere não fazer nenhum comentário, a respeito do assunto tendo em vista que ele se encontra no âmbito da Câmara Municipal e qualquer informação deveria ser prestada, pelos representantes da casa.

Também o representante da bancada do PMDB, vereador Antonio Pelae, consi-

derou que o PDU hoje já não tem mais sentido. "Os interessados em aprovar projetos antes do PDU, já o fizeram. Nesses dois anos houve uma correria muito grande na aprovação de projetos na PMV, que se o PDU estivesse em vigor não seriam aprovados. Por outro lado, o próprio prefeito, que para opinião pública se colocou favorável ao Plano, não tem mais interesse". Ao justificar essa tese, Antonio Pelae explicou que, se houvesse empenho do Prefeito pelo PDU, ele teria colocado em pauta para as reuniões extraordinárias.

— Nós fomos convocados pelo prefeito para um período extraordinário durante todo o mês de janeiro. Acontece que o PDU não entrou em pauta, o que vem demonstrar a falta de interesse", disse o vereador Pelae.

A Comissão de Justiça da Câmara já tem um parecer sobre o Plano, segundo um de seus integrantes, o vereador Ataré Castro. Vários itens foram cortados por não serem condizentes com a realidade de Vitória. "A criação do Conselho Diretor, por exemplo, é uma aberração sobre uma série de questões diretamente ligadas à Câmara. A Comissão de Justiça cortou esse ponto, como também a proibição de construção acima da quota 50, nos morros do município".

Continuando ele explicou que quanto à demora sobre a tramitação do processo a competência é exclusivamente da mesa diretora da casa, que deve colocar o parecer, de 22 laudas, elaborado pelo vereador José Maria Ramos Gagno, para a apreciação do plenário.

JUSTIFICATIVAS

Já o presidente da Câmara, Carlos Alberto Viana Freire, disse que havia

interesse em colocar o projeto para apreciação do plenário ainda neste recesso". Mas o prefeito nos convocou para outras matérias de interesse da municipalidade e dessa forma só poderemos pensar em estudar o PDU a partir do mês de março".

Considerando o projeto importante e complexo, o presidente da Câmara Municipal, no entanto, fez questão de ressaltar que até o momento o PDU só foi analisado pela elite da Capital. "Somente associações de classe engenheiros, arquitetos e o IAB/ES opinaram sobre o assunto. E a massa onde fica? Queremos ouvir as comunidades periféricas".

Não sabendo exatamente as razões que levaram o prefeito Carlito von Schilgen a convocar a Câmara extraordinariamente, neste mês de janeiro, o presidente da CMV disse entretanto que entre elas está a criação de novos cargos para o magistério e também o novo estatuto para a categoria.

Ele acrescentou que durante as discussões foram descobertas algumas irregularidades no PDU. "Eu li todo o Plano e vi que alguns encargos da Cesan, por exemplo, seriam passados para a PMV; acima da cota 50 ninguém poderia construir, e as pessoas que já têm barracos acima dessa cota não poderiam mais reformá-los".

Os passos que faltam para o PDU ser aprovado, são, em primeiro lugar, a discussão em plenário sobre a constitucionalidade, e em segundo, sobre o mérito da questão. Um tanto quanto otimista, o presidente Viana Freire acredita que ainda neste primeiro semestre o PDU possa ser aprovado. O mesmo não acontece com Elcio Teixeira, que cita o PDU como uma herança que ficará para os novos vereadores, a serem empossados em 1983.